





ARTIGO

RETERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO ITALIANA EM TERRAS ESPÍRITO-SANTENSES

Sandra Nicoli

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora pesquisadora na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).



Resumo

No Brasil, a imigração italiana, a partir do século XIX, é caracterizada por ser familiar e com maior procedência vinda do Vêneto, norte da Itália. O projeto imigrantista de colonização era fundamentado na pequena propriedade familiar. A chegada de famílias italianas camponesas ao Espírito Santo promoveu uma nova configuração a esse território. O objetivo é analisar o processo de reterritorialização e territorialização na formação do território geográfico e simbólico-cultural do Espírito Santo pelas famílias de origem italiana, além de compreender as questões e as práticas culturais que possibilitaram configurar as identidades dessas famílias em relação ao novo território constituído. Trata-se de um estudo descritivo numa abordagem qualitativa. O intuito da imigração para o Espírito Santo era promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção cafeeira. No processo de reterritorialização e territorialização, essas famílias imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo territórios apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas cotidianamente.

Palavras-chaves: Migração italiana; Território; Reterritorialização; Territorialização

Sintesi

In Brasile, l'immigrazione italiana a partire dal XIX secolo è stata caratterizzata dal fatto di essere a carattere familiare e di provenire principalmente dal Veneto, nel nord Italia. Il progetto di colonizzazione degli immigrati si basava su piccole aziende agricole familiari. L'arrivo di famiglie contadine italiane in Espírito Santo ha dato a questo territorio una nuova configurazione. L'obiettivo è analizzare il processo di riterritorializzazione e territorializzazione nella formazione del territorio geografico e simbolico-culturale di Espírito Santo da parte delle famiglie di origine italiana, nonché comprendere le questioni e le pratiche culturali che hanno permesso di configurare le identità di queste famiglie in relazione al nuovo territorio che hanno creato. Si tratta di uno studio descrittivo con un approccio qualitativo. Lo scopo dell'immigrazione in Espírito Santo era quello di promuovere l'insediamento e di espandere la frontiera agricola attraverso la produzione di caffè. Nel processo di riterritorializzazione e territorializzazione, queste famiglie si sono impresse e hanno lasciato tracce nel tempo e nello spazio, costruendo territori che sono stati appropriati e dominati sulla base delle relazioni sociali stabilite quotidianamente.

Keywords: Migrazione italiana, territorio, riterritorializzazione, territorializzazione

Introdução

O conhecimento do passado se faz através dos vestígios fornecidos pelas gerações passadas, agora transformados em documentos que falam ao pesquisador (Paula, 2013). Marc Bloch (2001, p. 75) menciona que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.

Segundo Lowenthal (1998), são três as principais fontes de conhecimento sobre o passado: a *memória*, a *história* e os *fragmentos*. A primeira é introspectiva e inerente ao ser humano; a segunda é contingente e empiricamente verificável; a terceira, são construções realizadas pelo homem e que se transformam em relíquias, resíduos, marcas e patrimônio.

A migração, compreendida como mobilidade populacional, é um fenômeno frequente entre os seres humanos ao longo da História. Nesse sentido, os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade. As migrações internas e internacionais se constituem em um elemento essencial para compreensão da formação das sociedades e das identidades culturais (Nicoli, 2014).

Enfatiza-se que os fluxos migratórios internacionais aconteceram em momentos diversos e alguns foram responsáveis pela colonização e povoamento do continente americano (Scalzer, 2015). No Brasil, o processo de formação do território geográfico é marcado por deslocamentos populacionais.

Os processos migratórios são por excelência fenômenos complexos cuja compreensão requer o aporte de diversas áreas do conhecimento, pois trazem amplos e complexos processos de desterritorialização e reterritorialização (Nicoli, 2014).

Desde o século XVI, o Brasil se estabeleceu como um importante cenário onde se processou de forma intensa o fenômeno das migrações internacionais. A política imigratória voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, quando foi assinado por D. João VI um decreto que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias (Seyferth, 2000).

O projeto imigrantista de colonização¹ era baseado na pequena propriedade familiar. Deste modo, “tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados ‘vazios demográficos’, com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar” (Seyferth, 2000, p. 309).

Menciona-se que na segunda metade do século XIX, inicia-se em grande escala a imigração europeia, principalmente a italiana. A imigração transoceânica trouxe, para a América, milhares de europeus de origem camponesa (Santos, 2010). A imigração europeia significou muito para o Brasil e, nesse sentido, a imigração italiana foi particularmente relevante (Boni, 1990).

A segunda metade do século XIX caracterizou-se, sob o aspecto demográfico e social, como um período de migrações massivas. Milhões de pessoas deixaram a Europa, sobretudo a Itália, e rumaram para a América nesse período (Paula, 2013).

Nesse contexto, a imigração italiana para o Brasil teve início a partir dos anos de 1870, transformando-se em um fenômeno de massa anos depois. As famílias italianas que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Vêneto, do Trentino-Alto Ádige e de outras regiões da península, carregando suas lembranças, memórias, identidades e raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras (Trento, 1989).

Segundo Bassanezi (1995), a corrente imigratória italiana, no Brasil, revelou as seguintes especificidades: houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes.

A região vêneta forneceu, entre 1870 e 1920, 30% do total de emigrados italianos para o Brasil, transformando o País em praticamente o único da América a receber vênets nesse período [...]. Traziam como hábito, [...] o de trabalhar juntos a terra que lhes pertencia; [...]. A saída ocorreu somente quando suas propriedades não ofereceram mais recursos para a sobrevivência do grupo (Alvim, 2000, p. 386).

1 O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (Dadalto, 2009).

Para os vênets, o principal fator de atração do Brasil era a possibilidade de serem proprietários de seu pedaço de terra. A posse da terra era um sonho que representava o prêmio dos esforços de todo o trabalho executado, de possibilidade de ascensão social ou até de segurança econômica (Dadalto, 2009, p. 30).

Segundo Marandola e Dal Gallo (2010), migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de redefinições das territorialidades, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Portanto, implica sair dos territórios de segurança e lançar-se ao mundo, a lugares de pouca ou nenhuma familiaridade. Assim, o destino representa uma nova realidade para o migrante em termos tanto culturais quanto espaciais.

A imigração italiana para o Brasil, segundo Grosselli (2008), teve início com a chegada da Expedição de Pietro Tabacchi, em 21 de fevereiro de 1874. Esta expedição é considerada um marco da imigração italiana e a primeira migração em massa desta nacionalidade para o Brasil. Esta data ganhou maior reconhecimento pela Lei nº 11.687, de 02 de junho de 2008, que institui o dia 21 de fevereiro como o “Dia do Imigrante Italiano” em todo o território nacional.

A imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção, principalmente com o cultivo do café. O projeto imigratório familiar de colonização proposto, à época, era ditado pela necessidade de se povoar o Espírito Santo e de promover o seu desenvolvimento econômico (Dadalto, 2009).

Nessa conjuntura, a migração de origem italiana para o Espírito Santo, promoveu uma nova configuração a esse território geográfico e simbólico-cultural, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes, tradições, identidades, dialetos, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade na hibridização com a população local (Dadalto, 2009; Nicoli, 2014).

Nesse contexto, a partir da chegada e ocupação das famílias camponesas de origem italiana às terras espírito-santenses, é possível argumentar que

tais áreas geográficas em muito se modificaram. A introdução de práticas, costumes, hábitos, tradições, manifestações culturais, novas técnicas de manejo da terra e a valorização da terra para a sobrevivência das famílias, fez com que elas fossem vistas e observadas de maneira diferenciada, mesmo diante da chegada de outras nacionalidades (Nicoli, 2014).

Mediante a contextualização apresentada, objetiva-se analisar o processo de reterritorialização e territorialização na formação do território geográfico e simbólico-cultural do Espírito Santo pelas famílias camponesas de origem italiana e, compreender as questões culturais que permearam e ainda permeiam o cotidiano e as práticas culturais que possibilitaram configurar as identidades dessas famílias em relação ao novo território constituído.

O estudo é de cunho qualitativo, dando preferência aos aspectos vinculados à cultura, identidade, memória, costumes e tradições. Nessa acepção, trata-se de um estudo descritivo numa abordagem qualitativa fundamentada na análise dos referenciais bibliográficos sobre a temática.

Reterritorializando e territorializando em terras espírito-santenses

A migração é o resultado de uma multiplicidade de fatores - econômicos, políticos, sociais, ambientais, culturais. É uma forma que o indivíduo utiliza para buscar estabilidade e que, por essa razão, não pode ser percebida apenas como um processo de desterritorialização (Haesbaert, 2007).

Nesse sentido, as famílias de imigrantes italianos estavam perdendo seu território apropriado e construído na origem, para reorganizarem suas vidas em terras desconhecidas, vivendo assim o processo de desterritorialização e reterritorialização (Saquet, 2009).

Haesbaert (2007) argumenta que a vertente cultural ou simbólico-cultural prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente) (Saquet, 2006, p. 83).

No território as relações sociais se materializam e se reproduzem em movimentos desiguais, contraditórios e conflituosos. A identidade é um componente fundamental na constituição do território, resulta da combinação dos processos histórico e relacional conforme Saquet (2010).

Nesse sentido, território é apropriação e dominação social, enquanto a territorialidade é a mobilização de pertencimento que é um fator fundamental na construção do território como afirma Zambrano (2001).

Segundo Espíndola (2012, p. 167), “as ações humanas operam no espaço, configurando-o, organizando-o e diferenciando-o, dando-lhe identidade particular e, dessa forma, produzindo os lugares e a diversidade de paisagem”.

Castro, Gomes e Corrêa (1995, p. 105) ressaltam que o território simbólico, muitas vezes, aponta para a formulação do conceito de lugar que é visto como

[...] uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. Despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive.

O lugar está intimamente ligado ao *viver* e ao *estar* no espaço, aos laços do homem com seu habitat. O lugar é a dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também concreto. É nele que as relações ganham visibilidade e efetivam-se na territorialidade diária. É ponto de encon-

tro e dispersão; é resultado e condição dos processos sociais, dos diferentes tempos [...] é um território e um espaço onde se materializa diferentes modos de vida e múltiplas territorialidades e temporalidades (Saquet, 2003, p. 25).

Para Saquet (2003, p. 24) o território é

[...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. [...] Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios.

É fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços (Haesbaert, 2005, p. 6777-6778).

Saquet (2009, p. 212) realça que o território

[...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *interior* (do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

De acordo com Saquet (2003, p. 25), “o território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”. Nesse sentido, Saquet (2003, p. 26) demonstra que territorialidade

[...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos

agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado. [...] o território é resultado do processo de produção *do e no* espaço.

A territorialidade é marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais. Está intimamente vinculada a uma específica realidade social, sendo sempre construída socialmente, apresentando caráter histórico-social. A territorialidade humana é definida como uma maneira espacial de comportamento social. Diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Sack, 1986).

Na perspectiva das migrações, segundo Nicoli (2014), os migrantes reconstróem seu território de origem no novo espaço, mantendo, adaptando, aperfeiçoando e remodificando territórios e territorialidades, englobando assim, comportamentos sociais e culturais, além das estratégias de convivência. Para Haesbaert (2005), a territorialização é abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção, além de identificação ou simbolização de grupos.

[...] territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento. [...] A territorialização [...] engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade [...] (Haesbaert, 2007, p. 280).

Para Saquet (2003), a territorialização constitui-se e é substantivada em diferentes *temporalidades* e *territorialidades*, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem.

Territorialização se dá no movimento e a desterritorialização pode ser concebida através da imobilidade. O fato é que a desterritorialização não é um processo de desaparecimento do território, mas uma ótica territorializadora. O movimento, sendo incorporado ao território, possibilita a desconstrução da ideia de mobilidade somente como sinônimo de desterritorialização e imobilidade de territorialização (Haesbaert, 2007).

Saquet (2009), descrevendo sobre reterritorialização e identidade, realça que no movimento, simultaneamente à desterritorialização, ocorre a reterritorialização.

São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, “a superação dos limites, das fronteiras”, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; são concomitantes e estão articuladas (Saquet, 2009, p. 214).

Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente, no lugar. O *lugar*, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial (Saquet, 2009, p. 216).

Para Haesbaert (2003), um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços e/ou fronteiras econômico-políticas de integração.

[...] desterritorialização está ligada à hibridização

cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas - o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (Haesbaert, 2007, p. 35).

[...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. [...] Devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas (Haesbaert, 2007, p. 99-101).

Os migrantes estabelecem relações sociais desde a partida até a chegada ao destino. Na desterritorialização perdem, em parte, os aspectos e elementos da vida cotidiana. Tentam reproduzir, da melhor forma, as relações sociais, identidades, tradições e os costumes no novo território, com permanências e mudanças; na reterritorialização reorganizam suas vidas e seu cotidiano (Nicoli, 2014).

Haesbaert (2007) destaca que a vida é um constante movimento de desterritorialização e de reterritorialização, sempre passando de um território a outro, abandonando territórios, criando novos territórios. Trata-se de uma desterritorialização/reterritorialização cotidiana, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado. Afirma-se, portanto, que a migração traz em seu cerne um processo de desterritorialização, reterritorialização e territorialização.

Segundo Seyferth (2000), no Brasil, o projeto imigrantista de colonização era baseado na pequena propriedade familiar. A vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, abriu espaço para a atuação de estrangeiros no mercado brasileiro. O investimento colonizador tinha como finalidade ocupar terras devolutas, objetivando a ocupação do território geográfico num sistema que privilegiou a pequena propriedade agrícola trabalhada com mão-de-obra familiar.

A Lei de Terras, a abolição gradual da escravidão e as migrações, interna e internacional, são dimensões

de um mesmo processo: a transição para o trabalho assalariado no Brasil com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente as do café. A estratégia do governo imperial nesse processo, devido à grande disponibilidade de terras, foi restringir ao máximo o acesso à propriedade, garantindo assim os interesses oligárquicos (Brito, 2004, p. 12).

Sobre os motivos da imigração internacional do século XIX e início do século XX no Brasil, Bassanezi (1995, p. 03) argumenta que

Nas primeiras décadas do século XIX, o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não-portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade policultora, atraiu primeiro os alemães e depois italianos e outros estrangeiros para o sul do país, de modo especial, além de outros lugares. Este processo tomou impulso na segunda metade do século XIX, prolongando-se até o século XX.

Dentre as diversas nacionalidades que migraram para o Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX, a italiana foi de grande destaque. Contudo geralmente se associa a imigração italiana para o Brasil a São Paulo e estados do Sul do Brasil, esquecendo-se muitas vezes do Espírito Santo onde diversos municípios tem sua origem relacionada a este fluxo migratório (Scalzer, 2015, p. 27).

Enfatiza-se que a imigração italiana, a partir de 1874, foi importante para a formação étnica e cultural do Espírito Santo. Todavia, é necessário considerar que o fenômeno imigratório para o Espírito Santo tem início com a vinda de alemães, em 1847. Contudo, em 1871, o império alemão unificado proibiu a emigração para o Brasil (Scalzer, 2015).

[...] a partir da segunda metade do século XIX, com a proibição alemã referente à emigração para o Brasil, os italianos passaram a ser considerados como uma nacionalidade que corresponderia aos interesses do governo do Espírito Santo: um contingente popula-

cional de brancos e camponeses. A importância desse fenômeno migratório não apresenta unicamente um destaque numérico, mas foi determinante na ocupação e organização do território deste estado brasileiro [...] (Scalzer, 2015, p. 29).

Grosselli (2008) argumenta que a imigração representou, para a Província do Espírito Santo, a possibilidade de incrementar a economia local e ocupar as terras ainda cobertas por densa mata. Com o incremento da cafeicultura, a partir de 1870, a escassez de mão de obra e a necessidade de ocupar terras devolutas, o governo imperial brasileiro continuou a estimular a vinda de imigrantes com uma descrição de benefícios que eles encontrariam no Brasil se optassem por emigrar.

Apenas um argumento motivava o imigrante italiano do norte a vir para o Brasil: a perspectiva da propriedade da terra. Os meeiros da Itália não tinham o menor interesse em abandonar o próprio país para permanecer no mesmo sistema em terra estrangeira. Evidentemente que aos latifundiários produtores de café interessava imigrantes que substituíssem a mão de obra escrava e não potenciais concorrentes de suas propriedades (Posenato, 1997, p. 80).

É possível confirmar o objetivo de povoamento do projeto imigrantista do Espírito Santo, conforme enfatizado por Dadalto (2009), e confirmado por Colbari (1997), quando argumenta que, com o intuito de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses foram constituídos de pequenas propriedades.

Referente à seletividade dos imigrantes, Lee (1980, p. 111) salienta que “as migrações são seletivas também em razão de pessoas responderem de forma diferente a uma série de fatores positivos e negativos prevaletentes nos locais de origem e destino”.

Conforme destacaram Trento (1989), Bassanezi (1995) e Zanini (2010), a emigração italiana para o Brasil era familiar. Havia uma preferência pelo embarque de famílias com filhos ou casais, tendo em vista que um dos objetivos do estímulo à imigração era, além

da complementação da força de trabalho, o povoamento das regiões para onde eram destinadas.

Diante do cenário que presenciavam na terra natal, entre eles a Unificação do território geográfico; das transformações sócio-demográficas da população; da modernidade e modernização; das mudanças nos métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção da terra; da economia debilitada e das mudanças provocadas pela expansão do capitalismo, muitas famílias italianas decidem migrar para o outro lado do Atlântico (Dadalto, 2009; Nicoli, 2014).

Nesse contexto, um considerado fluxo de imigrantes italianos desembarca em terras do Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XIX até início do século XX. Eles foram atraídos principalmente por uma política de povoamento, com o objetivo de promoverem uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar (Dadalto, 2009; Nicoli, 2014).

Lee (1980) aponta que o fenômeno migratório sempre implicará a existência de um lugar de origem e um lugar de destino, além de uma série de obstáculos que deverão ser vencidos pelo migrante.

Na Província do Espírito Santo, o governo também impôs alguns critérios de seletividade aos que optassem por migrar. Dentre os critérios, Grosselli (2008, p. 76) evidencia que “80% fossem agricultores, saudáveis, trabalhadores de boa moral, nunca menores de dois anos e nem maiores de 45 anos, salvo para os chefes de família”.

Colbari (1997), descrevendo sobre os atributos civilizatórios do imigrante italiano, destaca que o espírito de iniciativa, a ética do trabalho, o domínio das técnicas de produção e o respeito às leis eram considerados funcionais tanto para as intenções de constituição do mercado de trabalho livre para a cultura cafeeira, quanto para garantir o sucesso dos núcleos coloniais instalados nas áreas destinadas ao povoamento. Por isso, houve preferência pelo trabalhador italiano.

Compreender os fluxos migratórios requer a análise dos motivos para tal movimentação. Por um lado, o Brasil, na perspectiva de país receptor, vivia a expansão do capitalismo e necessitava de mão-de-obra para trabalhar na cafeicultura, nas obras de in-

fra-estrutura urbana e construção de estradas, e para promover a ocupação de áreas despovoadas. Além disso, ainda havia fatores ideológicos que privilegiavam o contingente branco, europeu de preferência². Por outro lado, as grandes migrações transoceânicas a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, estiveram inseridas em um contexto de transformações sócio-demográficas da população europeia e em mudanças provocadas pela expansão do capitalismo, não só na Europa, como também em outras regiões do mundo (Bassanezi, 1995).

Salienta-se que a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas, suas comunidades e nem sua terra. A maioria escolheria permanecer no local de origem. As condições econômicas constituem o principal fator de expulsão. Portanto, a combinação de três fatores dominantes contribuiu na decisão de muitos europeus em migrarem para a América, sendo eles: a dificuldade de acesso à terra; as oscilações na produtividade das propriedades; e, por fim, a alta taxa de fecundidade, que fazia com que as famílias fossem numerosas. O fator demográfico também influenciou essas migrações, pois as taxas de mortalidade mantiveram-se estáveis, durante décadas, até que começaram a cair lenta, mas progressivamente (Klein, 2000).

No que tange aos fatores de atração, destaca-se que a América vivia uma situação oposta à Europa em termos de terra-trabalho. A melhor explicação para a vinda dos imigrantes europeus estaria na questão demográfica e na possibilidade de obter terra (Klein, 2000).

Ao emigrar, os italianos deixavam um país recém unificado e pobre, destituído de uma identidade nacional legitimada por um Estado Nacional; eram, portanto, vênéticos, sicilianos, calabreses, trentinos entre outros. A contextura de fragilidade, de mudanças e

de pobreza vivenciada ganhara tal proporção, que a perspectiva de deixar seu país de origem e tudo o que significava este distanciamento perdia relevância frente à possibilidade de realizar uma nova vida na América. Nesse contexto, as consequências físicas e emocionais eram sublimadas (Dadalto, 2009, p. 12).

O contexto da Itália, nos anos de 1870, era o de decisão para um grande número de italianos: ficar no país ou partir para salvar-se, apesar dos riscos e da precariedade. No sonho coletivo, a possibilidade de partir, de fundar uma nova vida, era uma tentativa de estabelecer uma continuidade em outro continente, de ter algo sólido em que se apoiar no futuro conforme relata Dadalto (2009).

Na Itália, a mobilidade geográfica intensa, desde vários séculos, foi sempre uma ferramenta usada pela população, dentro do contexto da vida familiar, para a melhoria do padrão profissional e econômico do indivíduo. Assim, a fase de intensa emigração do final do século XIX e início do século XX pode ser vista como parte de um quadro que começou a ser delineado anteriormente, como um comportamento habitual adotado pela população. Por outro lado, este movimento mostrou-se diferente devido às mudanças no plano político e à combinação de circunstâncias que dizem respeito à evolução das diferentes regiões e mudanças no cenário internacional (Bassanezi, 1995, p. 20).

[...] um crescimento demográfico sem precedentes, como o ocorrido no século XIX - que aumentou a população da Europa em duas vezes e meia -, ao avanço da tecnologia que fez com que tarefas antes executadas pelo homem pudessem ser realizadas por máquinas, além da melhoria sem precedentes dos transportes, colocou à disposição do mercado verdadeiras hordas de camponeses sem terra e desocupados [...]. A emigração italiana constituiu, assim, um fenômeno essencial de equilíbrio socioeconômico (Alvim, 2000, p. 386).

O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da

2 "[...] O mestiço original poderia ser melhorado, caso se introduzissem mais brancos à mistura original. A seleção de imigrantes obedeceu principalmente à demanda do branqueamento. A possibilidade de miscigenação e a disponibilidade à assimilação são variáveis fundamentais na definição de quais imigrantes são desejáveis. O imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação" (Oliveira, 2002, p. 10).

razão do Estado Nacional. O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente (Sayad, 2000, p. 21).

Para Dadalto (2009), *Fazer a América* era um projeto de transformação fundado em condições de miséria, marcado pela fome e pela falta de trabalho, propulsionado pelo sonho e objetivado na possibilidade de trabalho e aquisição do próprio pedaço de terra no Brasil. Visualizavam na América a terra, o trabalho e a fortuna que a Itália não tinha condições de oferecer.

Alvim (2000, p. 396) afirma que “vênetos, calabreses, lombardos ou sicilianos se identificavam muito mais pelas diferenças regionais de que eram portadores do que como italianos”.

[...] na maioria dos casos tratava-se de gente fortemente identificada com sua região de origem, gente para a qual *italianidade* era alguma coisa muito distante. Tal fato foi, sem dúvida, mais significativo justamente no seio dos contingentes mais pobres, evidentemente numericamente dominantes. Para essa gente o dialeto constituía importantíssimo elemento de sua identidade cultural [...] (Petrone, 1990, p. 607).

[...] a antiga imigração italiana era predominantemente do norte da Itália, os dialetos falados hoje no Brasil são necessariamente os mesmos falados nessa área da Itália. Considerando-se que os imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e no Espírito Santo provinham na sua quase totalidade das regiões da Lombardia, do Trentino-Alto Ádige, Friuli-Venécia Júlia e Vêneto, temos que os dialetos italianos falados no Brasil são tipo lombardo, trentino, friulano e vêneto (Mioranza, 1990, p. 597).

Especificamente sobre a região de origem das famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Espírito Santo, Dadalto (2009, p. 44) descreve:

[...] sobressaíram, em quantidade, imigrantes vindos do norte da Itália, principalmente das províncias de Verona, Treviso e Vicenza; da província de Pavia, na Lombardia; Emilia-Romagna; do Piemonte, da província de Alessandria; e da província do Trento, no Trentino-Alto Adige.

De fato, o componente vêneto constituía, por longo tempo, o elemento mais numeroso da nossa emigração para o Brasil. [...] além do peso esmagador dos vênetos e friulanos, a emigração lombarda também assumiu certo relevo, enquanto a presença mais significativa da Itália central é a dos toscanos. No que se refere às regiões meridionais, têm notável consistência os campânicos, seguidos de calabreses e abruzenhos. [...] A propósito da procedência regional, devemos sublinhar que a predominância de trabalhadores setentrionais também correspondia às preferências manifestadas pelos fazendeiros por vênetos e lombardos, devido à sua parcimônia, frugalidade e, sobretudo, docilidade (Trento, 1989, p. 39-41).

Segundo Dadalto (2009), a imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção de riquezas. Nesse propósito, as famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Espírito Santo eram, em sua maioria, camponeses provenientes da região do Vêneto.

Sobre o projeto imigrantista no Espírito Santo, Dadalto (2009, p. 43-44) menciona:

O projeto imigratório familiar de colonização proposto à época era ditado pela urgência de povoamento do Espírito Santo e pela necessidade de desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a maioria absoluta dos imigrantes que chegou ao Estado vinha com toda a família, sendo que o patriarca estava quase sempre na faixa etária acima dos 38 anos, era pouco instruído, agricultor e o tomador da decisão de migrar. Predominavam grupos constituídos em média de 4,4 pessoas, variando desde bebês a avós. Vinham também, juntos com o núcleo tradicional, parentes, afilhados e amigos.

[...] a maioria dos migrantes vindos tinha como objetivo cultivar seu próprio pedaço de terra, promessa da política migratória desenvolvida em primeira instância pelo governo imperial, depois pelo governo provincial. No Espírito Santo, os imigrantes viveriam ainda numa sociedade eminentemente rural, instalados em colônias em geral isoladas dos principais centros de comercialização e da produção político-cultural (Dadalto, 2009, p. 45).

Confirma-se, portanto, o objetivo de povoamento do projeto imigrantista do Espírito Santo, conforme enfatizado por Dadalto (2009) quando argumenta que, com o objetivo de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses foram constituídos de pequenas propriedades cultivadas pelas famílias de imigrantes.

O processo de imigração italiana no Espírito Santo pode ser dividido em duas fases, com características específicas. A primeira entre os anos de 1874 a 1882 e a segunda entre os anos de 1885 a 1895³. A primeira fase é caracterizada pela fundação e emancipação de núcleos nas colônias, em regiões próximas aos centros de comercialização, e pela chegada dos italianos em grupos. Na segunda fase os imigrantes vinham em grandes levadas e eram repartidos pelos novos núcleos em contingentes menores e levados para lugares bem mais distantes dos centros comerciais do Espírito Santo (Busatto, 2002).

Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Estado na segunda metade do século XIX e foram logo enviados para o interior a fim de desbravá-lo e colonizá-lo. A cidade de Vitória, naquela época, não tinha condições de hospedar grande número de imigrantes, pois era uma vila interiorana [...] no interior do Estado, a

situação era ainda pior [...] “terrenos desconhecidos” [...] tiveram que se juntar em comunidades por força das circunstâncias em que se encontravam: abandonados, sem amparo governamental [...] (Bussola, 1990, p. 270-271).

Enfatiza-se nessa experiência migratória a ausência do Estado, cuja ação social se colocava à margem das necessidades dos colonos, não oferecendo as estruturas básicas necessárias para o acolhimento e os primeiros meses de trabalho no território brasileiro. Como foi mencionado por Dadalto (2009, p. 69), os imigrantes encontraram condições piores do que as que deixaram na Itália, pois, durante todo o período do Brasil-Colônia, a Província do Espírito Santo foi marginalizada pelo governo.

[...] o processo de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo à época da imigração nem sequer se avizinhava da modernização já vivenciada na Itália ou que, em território brasileiro, já se instalava no centro-sul do país e que atraía o capital estrangeiro.

Segundo Colbari (1997), no contrato firmado entre os governos da Itália e Espírito Santo, havia os direitos e deveres a serem cumpridos pelo Estado e pelos imigrantes. Um dos deveres do imigrante italiano era a construção de uma casa sede e o cultivo da lavoura com uma área roçada e plantada dentro de seis meses após o recebimento do lote de terras. A obtenção do título definitivo ocorreria somente depois de cumpridos todos os compromissos com o governo

[...] o compromisso de que após seis meses do recebimento do lote medido e demarcado, já deveria estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas, além da construção de uma casa. A obtenção do título definitivo ocorreria depois do pagamento total das terras e de todas as dívidas com o governo. Os colonos recebiam terra para plantar e construir a casa, porém enfrentavam a falta de material para construção e de ferramentas para o trabalho (Colbari, 1997, p. 07).

3 “A imigração italiana para o Espírito Santo continuou intensa e crescente até o ano de 1895. A partir desse ano, o Governo italiano proibiu a emigração para o Estado, devido às situações a que os seus compatriotas eram submetidos ao chegar, ou seja, más condições de transporte da capital para os núcleos coloniais, longo período de espera enquanto aguardavam a medição dos lotes, ausência de gêneros alimentícios no interior e a falta de assistência médica, escolar e religiosa. Fica evidente a ausência total dos governos local e central. Aliado a esses fatores, ainda houve o surgimento de epidemias de febres malignas como a febre amarela” (Dadalto, 2009, p. 46).

Dadalto (2009) enfatiza que todos os benefícios materiais antecipados para as famílias de imigrantes deveriam ser pagos num prazo determinado pela comissão da Diretoria Central de Terras e Colonização do Espírito Santo. Somente depois de cumpridas todas as obrigações é que o colono obtinha o título definitivo de seu pedaço de terra.

Colbari (1997) e Dadalto (2009) argumentam que, com o objetivo de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses eram constituídos de pequenas propriedades cultivadas pelos imigrantes. Assim, a imigração resolvia tanto o problema populacional quanto o econômico, pois promovia o assentamento de núcleos coloniais em regiões despovoadas, cobertas por densas florestas, constituindo pequenas propriedades no Espírito Santo.

Na perspectiva de Colbari (1997), a motivação para o árduo trabalho estava determinada pelo desejo de ascensão social. O sonho de *Fazer a América* provocava a submissão à disciplina de um trabalho árduo e obsessivo que permitiria, no campo, a aquisição da propriedade de terra. No caso específico do Espírito Santo, que contou com a maioria de imigrantes italianos camponeses, era a aquisição de um pedaço de terra que representava o sucesso e a ascensão social almejados como afirma Dadalto (2009).

Nesse sentido, a posse da terra era um desejo que representava o prêmio dos esforços de todo o árduo trabalho e da possibilidade de ascensão social, a partir da pequena propriedade. Há uma tradição das famílias de imigrantes italianos de apego à terra que qualifica o espaço e o aprofunda. Assim, o apego ao solo o torna abrigo de histórias e valores, conforme destaca Pierron (2003).

A integração das famílias italianas à agricultura no Espírito Santo encontrou a barreira da discrepância em sua atividade rural, entre a origem e a nova terra. Vinham de outro aprendizado de produção, não tinham conhecimento de como se fazia para derrubar matas, como fazer mudas e plantar o café. Muitas famílias não possuíam as ferramentas adequadas e nem conheciam as espécies de madeira existentes na floresta. A tudo isso se aliava uma falta de políticas de

orientação objetivando ajudá-los a se adaptarem ao novo ambiente (Dadalto, 2009).

No entanto, a partir do árduo trabalho rural, o verde das florestas foi se transformado em verdes de lavouras de café pelas mãos das famílias de imigrantes italianos (Busatto, 1990; Nicoli, 2014).

Dadalto (2009) destaca que esse contingente familiar foi o responsável pela produção de uma agricultura para exportação, em pequenas propriedades. Isso ocorreu devido à orientação dada aos imigrantes, centrada na formação das lavouras de café - o incremento da cultura cafeeira no Espírito Santo ajudou a promover o desbravamento, culminando no seu desenvolvimento. E assim, ao longo dos anos, o espaço físico do Espírito Santo, na região onde se estabeleceram as famílias de imigrantes italianos, foi se transformando num território geográfico onde predominou a pequena propriedade familiar.

Nesse sentido, as famílias de imigrantes italianos estavam perdendo seu território apropriado e construído na origem, para reorganizarem suas vidas em terras desconhecidas, vivendo assim o processo de desterritorialização e reterritorialização (Saquet, 2009; Nicoli, 2014).

Segundo Saquet (2010, p. 25), os territórios e as territorialidades

[...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade.

Segundo Saquet (2009, p. 212) o território

[...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *interior* (do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

O conceito de lugar é intimamente ligado ao viver e ao estar no espaço. Nele, é que as relações ganham visibilidade e se efetivam na territorialidade diária, ou seja, nas estratégias sociais (Saquet, 2003). Nessa acepção, a territorialidade é colocada como uma expressão geográfica do exercício do poder em determinado espaço geográfico. Ela é cotidiana e sempre revela relações de indivíduos ou grupos sociais (Nicoli, 2016).

Saquet (2003, p. 26) afirma que a territorialidade

[...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, [...].

Para Raffestin (1993) a territorialidade resume a maneira como a sociedade satisfaz sua necessidade de poder, num determinado momento e, por meio das relações sociais. Pode ser transportada, como fazem os imigrantes, que reconstroem seu território de origem no novo ambiente.

Nesse sentido, a formação de um território não se dá sem os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. A territorialização pode ser definida como a identificação, simbolização de grupos, disciplinarização, enraizamento, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior. No movimento da desterritorialização - definida inicialmente como a perda do território apropriado e construído, acontece simultaneamente a reterritorialização, entendida como a reprodução de elementos do território anterior, com algumas características permanentes e recriadas. Engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade (Haesbaert, 2007; Saquet, 2009; Nicoli, 2014).

Nesse sentido, o território se forma a partir do espaço e, ao se apropriar de um espaço, seja concreta

ou abstratamente, o homem territorializa o espaço. Sendo assim, no decorrer do processo de reterritorialização essas famílias se destacaram, fazendo-se presentes em todos os aspectos sociais da experiência humana. Transformaram o até então espaço geográfico em um lugar com significação e vivência conforme menciona Nicoli (2014).

Segundo Nicoli e Siqueira (2012), as famílias de imigrantes italianos enfrentaram o clima tropical e animais selvagens, desbravaram os locais pouco habitados até a sua chegada. Plantaram, colheram, construíram suas casas e formaram numerosas famílias - vistas como unidades de produção. Em poucos anos de fixação no solo espírito-santense já era possível perceber o considerado crescimento populacional e o desenvolvimento das localidades habitadas por essas famílias.

Menciona-se que as famílias de imigrantes italianos transformaram as localidades em um território apropriado e construído, a partir das relações sociais estabelecidas, que se materializaram e se reproduziram, desde a chegada ao Espírito Santo. Conforme ressaltado por Saquet (2003), o território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, e a territorialidade é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam.

Para as famílias de origem italiana, a terra tem uma importância significativa. Ainda crianças aprendem o cuidado para com ela. Conforme Franzina (2006) *apud* Dadalto (2009), a terra significava, para as famílias imigrantes, o porto para o qual se voltavam todas as esperanças, talvez até a meta das maiores ambições. Nessa acepção, a posse da terra era um desejo que representava o prêmio dos esforços de todo o árduo trabalho e da possibilidade de ascensão social, a partir da pequena propriedade. Há uma tradição das famílias de imigrantes italianos de apego à terra que qualifica o espaço e o aprofunda (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

As experiências vivenciadas pelas famílias italianas mostram a difícil tarefa de transformar o espaço em um território. A Mata Atlântica não apresentava condições para viver e a decisão de sair de um território conhecido, levava os desbravadores a pensar que

deixaram um lugar santo. A família deveria transformar a mata em terras cultivadas e moradia, mas talvez o desafio maior seria *re-significar* a mata como oportunidade de trabalho e de enriquecimento (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Enfatiza-se que há uma adaptação identitária, especialmente aquela referente à culinária típica italiana. Alguns elementos são mantidos, como o vinho e o macarrão, porém outros elementos são inseridos como é o caso do feijão e da cachaça. Esses dois últimos são procedentes de uma tradição cabocla, disseminada pelos tropeiros que circulavam por todo o território interiorano, especialmente nos sertões conforme Nicoli, Genovez e Siqueira (2013).

Nesse contexto, a migração reconfigura, conforme enfatiza Hall (2003), tanto o território de saída como o de destino. Assim sendo, as famílias de imigrantes italianos trouxeram consigo seus costumes, valores, vocabulários, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade daquela época, estando ainda presentes nos dias atuais. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras espírito-santenses. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram (NICOLI, 2014).

O passado e a memória desses atores sociais atualizam e intensificam a consciência de pertencimento, traduzida numa identidade étnica que aflora na história contada e recontada. Portanto, ao comprarem pedaços de terras em lugares inóspitos, buscavam, também, um solo onde também pudessem inscrever sua história e deixar suas marcas (Nicoli, 2014, p. 103).

Ressalta-se que tantos os traços culturais de continuidade quanto os de descontinuidade em relação à cultura de origem italiana foram essenciais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente (Nicoli, 2014). As crenças, os valores e o ritmo de vida são ditados pela necessidade do trabalho, pelas condições modestas e pelas tradições herdadas conforme menciona Espíndola (2005).

Segundo Peralta (2007), os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado, e

essa memória é indissociável na manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais.

Considerações finais

A migração é um fenômeno frequente entre os seres humanos e se constitui num elemento essencial para compreensão das sociedades e identidades culturais. No Brasil, o projeto imigrantista de colonização era baseado na pequena propriedade familiar. Nesse sentido, a imigração trouxe para o solo brasileiro europeus de origem camponesa. A vinda de famílias italianas foi particularmente relevante, houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes.

A imigração para o Espírito Santo teve como principal intuito o de promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola. A migração de origem italiana também promoveu uma nova configuração ao território espírito-santense, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novas tradições, identidades, dialetos, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade na hibridização com a população local.

Nesse contexto, as famílias italianas, no processo de reterritorialização e territorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo territórios apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas cotidianamente. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Transformaram o espaço em um território carregado de significados em terras espírito-santenses.

Referências Bibliográficas

- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, v. 21, n.1, 2004, p. 5-20.
- BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- BUSATTO, Luiz. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo**. Vitória, 2002. [Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos.]. Site: www.estaçãoca-pixaba.com.br. Acesso em maio de 2012.
- BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- CASTRO, de Elias; GOMES, Paulo Cesar de Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de História**. vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997.
- DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Vida Rural: Usos, Costumes e Objetos**. Projeto de Prática de História III e IV. Governador Valadares. Fevereiro-julho de 2005. Projeto Pedagógico do Curso de História e Projeto intitulado “Memória, Documentação e Cotidiano”, aprovado pela Resolução CONSEPE 029/2000.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Modernização, dinâmica territorial e mudanças ambientais. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org.). **Território: mobilidade populacional: ambiente**. Governador Valadares: Editora Univale, 2012.
- GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 166-205.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- LEE, E. S. (1966). Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: BNB, 1980.
- LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: **Projeto História 17**. São Paulo: PUC, 1998, p. 111.
- MARANDOLA, Eduardo Jr.; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 27, n. 2. Rio de Janeiro, p. 407-424, jul./dez. 2010.
- MIORANZA, Ciro. O futuro dos dialetos italianos. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- NICOLI, Sandra. SIQUEIRA, Sueli. Microrregião de Aimorés: território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org.). **Território: mobilidade populacional: ambiente**. Governador Valadares: Editora Univale, 2012.
- NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>
- NICOLI, Sandra. **Emigração em Ituetu e Santa Rita do Ituetu – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália**. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.
- NICOLI, Sandra. **Em terras brasileiras**: famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais. In: I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias, 2015, Vitória - Espírito Santo. I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias - Caderno de Anais. Vitória - ES: LEMM, 2016. v. 1. p. 224-236.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2 Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PAULA, Sérgio Peres de. **Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Castelo: Instituto Frei Manuel Simón, 2013.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas aos estudos da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**. N. 2, 2007.

PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

Pierron, Jean Philippe. **Sols et civilisation. Une approche poétique du territoire. Études**, N. 3983, 2003, pp. 333-345. Traduzido por José Luiz Cazarotto (ad instar manuscrito).

POSENATO, Júlio. Arquitetura e imigração italiana no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H (org). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir et al (orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**. Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Travessia**, São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000.

SCALZER, Simone Zampogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES)**. Entre a memória e a história. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. **Territórios plurais, cambio socio-político y gobernabilidad cultural**. Universidade Federal de Goiás. Boletim Goiano de Geografia. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Geografia. Edição Especial – 20 Anos. Vol. 21. Número 1. Jan.-Jul. 2001.

ZANINI, M. C. C. Literatura de descendentes: italianos no Rio Grande do Sul. In: PACELLI, Ademir et al (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 39-52.



